

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE

O Serviço Social da Indústria, Departamento Regional da Bahia – **SESI/DR/BA** torna pública a realização desta Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à aquisição de **hotsites e plataforma de e-commerce, personalizada, integrada e escalável para a área de promoção da saúde**, de acordo com as condições e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

Recebimento das propostas até:

Data: XX/XX/XXXX	Hora: XX/XX/XXXX
-------------------------	-------------------------

Abertura das propostas

Data: XX/XX/XXXX	Hora: XX/XX/XXXX
-------------------------	-------------------------

Data e Hora do Pregão

Data: XX/XX/XXXX	Hora: XX/XX/XXXX
-------------------------	-------------------------

Formalização de consultas

E-mail: suprimentos@fieb.org.br ou Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br>

Referência de Tempo

Será tomado como referência de tempo o horário local.

Obtenção do Edital

Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br>.

Endereço para envio de documentos

Rua Edístio Pondé, n. 342, STIEP, Salvador/BA, CEP. 41.770-395.
(Gerência de Suprimentos e Serv. Adm.)

Salvador, (data).

Pregoeiro
Sistema FIEB

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a aquisição de hotspots e plataforma de e-commerce, personalizada, integrada e escalável para a área de promoção da saúde, de acordo com as condições e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

2.1 Para fins deste **PREGÃO ELETRÔNICO** considerar-se-á:

• Contratante	- Serviço Social da Indústria, Departamento Regional da Bahia – SESI/DR/BA ;
• Comissão de Licitação e Pregoeiro	Empregados do Contratante, com atribuição de conduzir e julgar o processo licitatório.
• Licitante	Interessado que apresentar proposta para o fornecimento do objeto ou execução dos serviços licitados, atendidas as condições deste Edital.
• Homologação	Ato pelo qual a autoridade competente, verificada a regularidade dos atos praticados pela Comissão de Licitação, ratifica o resultado da licitação.
• Contratada ou Fornecedor	Licitante ao qual for adjudicado o objeto da licitação e que assinar o respectivo contrato.
• Adjudicação	Ato pelo qual a autoridade competente atribui ao vencedor o direito de executar o objeto contratado.
• Gerência de Suprimentos e Serv. Adm.	Setor administrativo do Contratante.

CAPÍTULO III – DO REGULAMENTO APLICÁVEL

3.1 A presente licitação observará os Regulamentos de Licitações e Contratos do Sesi/SENAI, publicados no D.O.U. nº 177, Seção nº 03, de 16.09.98, e suas respectivas alterações.

CAPÍTULO IV – DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da primeira sessão pública deste Pregão, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o presente Edital, através de razões escritas endereçadas à Comissão de Licitação.

4.1.1 Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações poderão ser encaminhados através do e-mail: suprimentos@fieb.org.br, do Portal de Compras: <https://compras.fieb.org.br> ou protocolados junto à Comissão de Licitação no seguinte endereço: Rua Edístio Pondé, n. 342, STIEP, Salvador/BA, CEP: 41.770-395 – Gerência de Suprimentos e Serv. Administrativos.

4.1.2 A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4.2 Caberá à Comissão de Licitação, em decisão irrecorrível, decidir sobre a impugnação até a data e o horário programados para o início da primeira sessão pública.

4.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização da sessão, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

CAPÍTULO V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão as empresas que:

5.1.1 Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

5.1.2 Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

5.1.3 Estejam previamente credenciadas perante o Portal de Compras do(s) **CONTRATANTE(S)**, disponível no link: <https://compras.fieb.org.br>.

5.1.4 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital;

5.1.5 Não estejam incursas nas sanções de impedimento de licitar e contratar com as entidades integrantes do Sistema FIEB (FIEB, SESI/DR/BA, SENAI/DR/BA, IEL/BA e CIEB);

5.1.6 Não estejam inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, nos termos da Portaria CGU nº 516/2010;

5.1.7 Não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

5.1.8 Não possuam no seu quadro societário dirigente ou empregado do(s) Contratante(s);

5.1.9 Não estejam em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação ou em regime de consórcio.

CAPÍTULO VI – DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) obtidas após o cadastro realizado no Portal de Compras.

6.2 Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão, também, informar-se junto à Comissão de Licitação a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3 O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site: <https://compras.fieb.org.br>.

6.4 O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

6.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao(s) Contratante(s) promotor(es) desta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso, ficando o licitante responsável por eventuais prejuízos gerados ao(s) Contratante(s) em razão da utilização da senha por terceiros.

6.7 É vedado a uma só pessoa representar mais de um licitante.

CAPÍTULO VII – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

7.1 O licitante assume como firme e verdadeira a proposta apresentada, bem como todos os lances ofertados em seu nome através do sistema eletrônico <https://compras.fieb.org.br>.

7.2 Incumbirá, ainda, ao licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3 Nos preços cotados na proposta, os licitantes deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o seu pessoal, obedecendo aos instrumentos normativos da categoria, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados como ferramentas, utensílios e equipamentos, taxa de administração, lucro, seguros, fretes/CIF (pago pelo fornecedor) e quaisquer outros custos que direta ou indiretamente se relacionem com o fiel cumprimento do objeto deste Edital, ficando esclarecido que o(s) Contratante(s) não admitirá(ão) qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

7.4 Na fase de cadastro inicial para participação do Pregão, a proposta de preço que poderá ser anexada, deverá especificar o preço a ser pago pelos Contratantes, detalhando os valores nele exigidos, **sem qualquer elemento que permita a identificação do licitante, como timbre, nome fantasia, razão social ou assinatura**, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional. O envio de proposta de preço, nesta fase, com identificação da empresa, implicará em **desclassificação, não cabendo pedido de reconsideração**.

7.4.1 A Planilha de Preços, conforme modelo anexo, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado **e identificação da empresa**, deverá ser elaborada e enviada, juntamente com os demais documentos exigidos neste edital, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico <https://compras.fieb.org.br>, **pela empresa arrematante**, observando o prazo fixado no item 10.3 do edital

7.4.2 Deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.5 O licitante que encaminhar a Planilha de Preços pelo sistema eletrônico em desacordo ao exigido neste Edital, ou encaminhar incorretamente, terá a sua proposta desconsiderada para efeito de julgamento, sendo convocado o licitante da proposta subsequente.

7.6 Não será permitida previsão de sinal ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificado, de imediato, o licitante que assim o fizer.

7.7 O licitante deverá observar a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado da Bahia, levando em consideração que o(s) Contratante(s) não é(são) contribuinte(s).

7.8 A proposta deverá ter validade mínima de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data da realização da sessão estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.8.1 Caso o licitante não especifique o prazo de validade da proposta, considerar-se-á o prazo mínimo estabelecido no item 7.8.

7.9 O Pregoeiro, caso julgue necessário, poderá solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

7.10 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo, por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO VIII - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificadas as propostas que:

8.1.1 Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

8.1.2 Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

8.1.3 Apresentarem preços excessivos, incompatíveis com os valores de mercado ou ainda com preços manifestamente inexequíveis.

8.1.3.1 Antes da declaração da inexequibilidade dos preços do licitante vencedor, deverá o Pregoeiro notificá-lo, a fim de que, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, demonstre a exequibilidade da proposta apresentada.

8.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema.

CAPÍTULO IX – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 A sessão pública deste Pregão Eletrônico terá início a partir do horário previsto no preâmbulo, com a divulgação das propostas de preços recebidas nos termos deste Edital.

9.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes

9.3 A Comissão de Licitação analisará, preliminarmente, as propostas de preços encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento

convocatório, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

9.4 Da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração à própria Comissão de Licitação, a ser apresentado, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico.

9.5 A Comissão de Licitação, em decisão irrecorrível, decidirá o pedido de reconsideração, cabendo ao Pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico.

9.6 Após a ordenação automática pelo sistema das propostas aptas, será iniciada a fase de lances.

9.6.1 Aberta a disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para o envio de mensagens do Pregoeiro para os licitantes.

9.7 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.7.1 Os licitantes poderão oferecer lances, sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado.

9.8 A etapa de lances dividir-se-á em duas fases:

9.8.1 O Pregoeiro delimitará o tempo para recebimento dos lances, a ele cabendo a decisão de encerrar essa etapa, oportunidade em que o sistema eletrônico encaminhará aos licitantes aviso de fechamento iminente da referida etapa.

9.8.2 Encerrada essa primeira etapa, transcorrerá período de tempo, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, de até 30 (trinta) minutos, para registro de novos lances. Findo o prazo, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.9 Na hipótese de haver lances iguais prevalecerá, como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.10 A falta de oferecimento de novos lances por parte dos licitantes durante o curso da sessão implicará na manutenção do último valor por ele ofertado e registrado no sistema para efeito de ordenação das propostas.

9.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.12 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

9.13 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, podendo o licitante desistente sujeitar-se à sanção consistente na suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com todas as entidades que compõem o Sistema FIEB (FIEB, SESI/DR/BA, SENAI/DR/BA, IEL/BA e CIEB), por um período não superior a 02 (dois) anos.

9.14 Após o encerramento da etapa de lances e ordenadas as propostas exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro poderá, ainda, encaminhar, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, não sendo admitida a negociação de condições diversas das previstas neste Edital.

9.15 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro.

9.16 Entendendo necessário para orientar sua decisão, o Pregoeiro poderá solicitar pareceres técnicos de setores específicos do(s) Contratante(s) ou de pessoas físicas ou jurídicas que comprovadamente possuam conhecimentos técnicos relativos ao objeto desta licitação.

9.17 O Pregoeiro, por fim, examinará a aceitabilidade, ou não, da proposta primeira classificada, quanto ao objeto definido neste Edital e em seus Anexos, bem como ao valor ofertado, decidindo motivadamente a respeito.

CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 Para julgamento das propostas, o critério adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, verificada a sua aceitabilidade.

10.2 Ordenados os lances em forma crescente de preço, o Pregoeiro determinará ao autor do lance classificado em primeiro lugar que encaminhe os documentos necessários à comprovação de sua habilitação.

10.3 A proposta do licitante arrematante, ajustada ao lance dado, juntamente com a documentação de habilitação (Capítulo XI), deverá ser encaminhada em papel timbrado do licitante ou apenas identificada com nome ou sua razão social, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, contadas a partir do final da Sessão Pública, digitalizados e encaminhados por correio eletrônico para o e-mail suprimentos@fieb.org.br, sendo os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, acompanhada do catálogo oficial do fabricante, se houver, apresentados no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da data de encerramento da sessão, sob pena de ser considerada inabilitada.

10.3.1 Na hipótese de desclassificação, e convocação da próxima classificada, os prazos acima mencionados serão contados da data de notificação do novo arrematante, sob pena de ser considerada inabilitada

10.3.2 Endereço para envio dos documentos: Rua Edístio Pondé, n. 342, Salvador/BA, CEP: 41.770395 – Gerência de Suprimentos.

10.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, a Comissão de Licitação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este Edital.

10.5 É facultado ao Pregoeiro, na fase de julgamento, a promoção de diligência destinada à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

10.6 As propostas e demais documentos encaminhados pelos licitantes serão juntados aos autos do processo.

10.7 Declarado o licitante vencedor pela Comissão de Licitação, o Pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos, inclusive eventuais recursos, em Ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 O Envelope (HABILITAÇÃO) deverá conter os documentos a seguir relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1.1.1 Registro empresarial, no caso de empresário;

11.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.1.2.1 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.1.1.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.1.3 Para empresas estrangeiras com filial no Brasil, ato constitutivo, estatuto ou contrato social autenticado pelo órgão de registro empresarial competente, acompanhado do Decreto de autorização de funcionamento no Brasil, bem assim procuração outorgada por quem de direito ao seu representante legal no Brasil, da qual deverão constar poderes para receber citações e para responder pela empresa nas áreas judicial ou extrajudicial;

11.1.1.4 Para empresa brasileira representante no Brasil de empresa estrangeira, além dos documentos mencionados na alínea 11.1.1.2, apresentar procuração outorgada por quem de direito ao seu representante legal no Brasil, da qual deverão constar poderes para receber citações e para responder pela empresa nas áreas judicial ou extrajudicial.

11.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.2.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior da empresa licitante no fornecimento/prestação de serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão.

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante nos últimos **90 (noventa) dias anteriores** à data da abertura dos envelopes.

11.1.3.1.1 Caso a certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante possua validade expressa em seu teor, será considerada a sua validade, na data de abertura dos envelopes.

13.1.3.2 Comprovação, na forma da lei, de possuir, na data de abertura dos envelopes da presente licitação, admitida à atualização para essa data através de índices oficiais, capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

11.1.4 PROVA DE REGULARIDADE FISCAL

11.1.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

11.1.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.1.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal da sede do proponente, na forma da lei.

11.1.4.3.1 A comprovação de regularidade perante a Fazenda Nacional deve ser feita através da apresentação certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com informações da situação do sujeito passivo quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.

11.1.4.3.2. Prova da regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

11.1.4.3.3 Para fins de comprovação da regularidade exigida nos itens 11.1.4.3.1 e 11.1.4.3.2 será admitida certidão conjunta emitida nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014.

11.1.4.3.4 A comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual far-se-á mediante apresentação de certidão negativa pertinente a todos os impostos.

11.1.4.3.5 A comprovação de regularidade perante a Fazenda Municipal far-se-á mediante apresentação de certidão negativa genérica ou certidão negativa específica pertinente a débitos mobiliários.

11.1.4.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante apresentação de Certificado de Regularidade de FGTS (CRF).

11.1.5 DECLARAÇÕES

11.1.5.1 Declaração de inexistência de fato impeditivo e de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos executando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a

partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo deste Edital.

11.2 Os documentos deverão ter validade mínima até a data de abertura das propostas.

11.3 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” junto a entidades de direito público ou privado, em substituição aos documentos requeridos no presente Pregão.

11.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa, correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), e não sendo possível o saneamento da mesma ainda durante o prazo estabelecido no item 10.3 deste Edital, deverá a Comissão de Licitação considerar o licitante inabilitado.

CAPÍTULO XII - DO RECURSO

12.1 Declarado o vencedor, o licitante poderá, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, apresentar recurso, fundamentando suas razões, ficando os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.1 O encaminhamento dos recursos e de eventuais contrarrazões deverá ser feito nos termos do item 4.1.1.

12.2 O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3 O recurso contra a decisão da Comissão de Licitação terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO XIII - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

13.1 Depois de verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, concluída a etapa de análise dos preços ofertados e decididos os recursos, a Comissão de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação do processo e adjudicação do objeto em favor do licitante que tenha sido declarado vencedor.

13.2 Adjudicado o objeto, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Contrato referente ao objeto desta licitação, sob pena de decair o direito à contratação.

13.2.1 Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, fica facultado ao(s) Contratante(s), sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XIV, convocar o segundo colocado para assinar o referido Contrato, nos termos da sua proposta apresentada, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO XIV - DAS SANÇÕES

14.1 Pela inobservância das condições objetivas de participação constantes no presente Edital, e desde que constatada a intenção de fraude, dolo ou simulação, poderá a Comissão de Licitação impor ao licitante infrator a penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com todas as entidades que compõem o Sistema FIEB (FIEB, Sesi/DR/BA, SENAI/DR/BA, IEL/BA e CIEB), por um período não superior a **02 (dois) anos** e/ou descredenciamento do cadastro de fornecedores do Contratante.

14.2 Nas mesmas penas previstas no item 14.1 incorrerá o licitante que apresentar documento falso, fizer declaração falsa, comportar-se de modo inidôneo, não mantiver a proposta após a entrega da mesma, frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório ou devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório.

14.3 A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades:

14.3.1 Perda do direito à contratação;

14.3.2 Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento convocatório;

14.3.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com todas as entidades que compõem o Sistema FIEB (FIEB, Sesi/DR/BA, SENAI/DR/BA, IEL/BA e CIEB) por prazo não superior a **02 (dois) anos**.

14.4 As sanções previstas neste Capítulo não eximirão o licitante infrator da responsabilidade por perdas e danos.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A apresentação de proposta implica conhecimento, entendimento e aceitação das condições deste Edital pela empresa proponente, decaindo o direito de impugnação posterior.

15.2 As respostas aos questionamentos porventura havidos, também, escritas, serão encaminhadas a todos os participantes, bem como divulgadas através do site: <https://compras.fieb.org.br>.

15.2.1 As licitantes deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o edital, através da consulta frequente ao Portal de Compras do Sistema FIEB (compras.fieb.org.br), não cabendo ao(s) Contratante(s) a responsabilidade pela não observância deste dispositivo.

15.3 As propostas deverão obedecer aos termos deste Edital, não sendo consideradas aquelas que apresentem emendas ou rasuras.

15.4 As folhas que constituam a proposta deverão ser numeradas sequencialmente (de 001 a... Ex. 001/10, 002/10, 003/10 etc. caso tenha 10 folhas).

15.5 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo mínimo de 2 (dois) dias para apresentação de novos documentos ou propostas, escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação, designando nova data para realização do certame.

15.6 O(s) contratante(s) se reserva(m) ao direito de revogar, no todo ou em parte, a presente licitação por conveniência administrativa, sem que caiba aos proponentes direito a qualquer reclamação, reparação, ressarcimento ou indenização, de qualquer espécie.

15.7 Qualquer ocorrência, durante a realização do presente Pregão, será resolvida pelo Pregoeiro e constará em Ata, cabendo-lhe proceder às diligências consideradas necessárias à integral instrução do processo.

15.8 A proponente que assumir a condição de adjudicatária deverá preservar a manutenção das condições em que se achava na fase de habilitação.

15.9 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela aquisição dos elementos necessários à organização e à apresentação das propostas.

15.10 A proponente vencedora desta licitação ou já convidada a assinar o Contrato poderá perder sua condição de fazê-lo, caso esteja situada em qualquer um dos seguintes casos:

15.10.1 Pedido ou decretação de Falência, Recuperação Judicial, Insolvência Civil de qualquer sócio, ou situação econômico-financeira comprometida;

15.10.2 Declarada devedora da Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, do INSS, ou do FGTS.

15.11 A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global contratado

15.12 Os licitantes serão responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante a licitação.

15.13 Fica entendido que o presente Edital, seus Anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos.

15.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos não serão iniciados ou encerrados em dias em que não houver expediente no endereço indicado no item 4.1.1, sendo seus vencimentos automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

15.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação ou a exata compreensão da sua proposta.

15.16 As respostas e informações prestadas serão disponibilizadas a todos os licitantes.

CAPÍTULO XVI – DOS ANEXOS	
ANEXO I	DECLARAÇÕES
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III	MODELO DE PROPOSTA / PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DO CONTRATO

Pregoeiro
Sistema FIEB

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE
DECLARAÇÕES

XXXXX, inscrita no CNPJ n. **XXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr. (Sra.) **XXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade n. **XXXXX** e do CPF n. **XXXXX**, **DECLARA**:

- sob as penas da Lei, inexistir, em relação ao licitante e a seus sócios ou diretores, qualquer fato impeditivo para a participação neste processo licitatório;
- que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos;
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (observação: em caso afirmativo, incluir a ressalva acima.)
- sob as penas da lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação para participação no presente certame.
- que os equipamentos/softwarem atendem as exigências constantes das especificações técnicas contidas no edital e seus anexos;
- não há razão para futura alegação de desconhecimento de fatos, erros, omissões como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta ou contrato.
- que possui instalações, aparelhamento técnico e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para a realização do objeto desta licitação.

Salvador,.....de.....de 2021.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Telefone:

Fax:

E-mail

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado do licitante.

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de hotsites e plataforma de e-commerce SaaS (Software como serviço), personalizada, integrada e escalável para a área de promoção da saúde como parte das atividades do projeto Portal e Ecommerce Sesi BA.

2. JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Aquisição necessária para o desenvolvimento e implantação de novo canal de vendas online dos serviços do Sesi Saúde, bem como a estruturação de SITE e Blog, como parte das ações do ciclo de melhoria contínua com foco na simplificação dos processos; aumento do fluxo de informação; e melhoria da produtividade, conforme previsto no projeto Portal e Ecommerce Sesi BA.

3. ESCOPO/ ESPECIFICAÇÃO

Aquisição de uma plataforma SaaS (Software como serviço) de E-commerce, com um layout moderno e intuitivo, customizado com as necessidades do Sesi descritas neste TR, para a pesquisa e compra de produtos, assim como serviços de integração.

Serviços contemplados:

- Gestão e acompanhamento com report da evolução do projeto
- Envio e recebimento de análise de briefings
- Análises de requisitos e recursos-chave para o projeto
- Criação de protótipos e Wireframes
- Criação do conceito visual (layout)
- Criação de hotsites personalizado
- Serviços de integração com os sistemas CRM Dynamics, ERP Protheus e BPMS Orquestra
- Implantação do projeto de site
- Homologação e ajustes
- Delivery

Conteúdo esperado:

- Gestão do projeto:
 - o Levantamento e análise de requisitos, durante toda a fase de implantação do projeto
 - o Cronograma do projeto
 - o Kick-off
 - o Gestão de implantação do projeto
- UX / UI Design
 - o Análise de UX/UI
 - o Wireframes e prototipagem
 - o Conceito visual – Layout
 - o Interface responsiva
 - o CrossBrowser
- Codificação
 - o Desenvolvimento do Front-End
 - Hotsite

- Home
- Páginas internas (Produtos e seus detalhamento)
 - Produtos e detalhes
 - Área do Cliente
- Páginas do processo de Compra
 - Carrinho de compras
 - Agenda de Serviços
- Painel Administrativo
 - Gestão de produtos
 - Gestão de financeira
 - Gestão de clientes
 - Dashboards (Gerar inteligência em vendas)
- Páginas de Checkout
- Painel de Atendimento
- o Desenvolvimento do Back-End
 - Integração Redecard
 - Integração ItaúShoptline
 - Integração Cielo
 - Integração Clearsale
 - Integração boleto Banco do Brasil
 - Integração boleto Caixa Econômica
 - Integração Correios
 - API de dados (Disponibilizar dados da venda: Cliente, Contrato e Serviços), contemplando dados necessários para integração da venda com sistema CRM Dynamics e com o ERP Protheus (Contratos, Financeiro), conforme descrito no item 10 deste anexo.
- Homologação
 - o Configurações
 - o Teste de desempenho e usabilidade
 - o Integrações
 - o Check-list – QA
 - o Pré-Go-Live
- Delivery
 - o Treinamento online ao vivo na plataforma de até 12 horas, para até 5 pessoas
 - o Entrega dos arquivos fontes das customizações
 - o Testes e revisão final
 - o Delivery do projeto
- Ajustes e suporte técnico
 - Acompanhamento da operação pós Go Live, durante 02 meses

4. PROVA DE CONCEITO

4.1 A licitante classificada em primeiro lugar e habilitada será convocada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, através de Circular a ser publicada no Portal do Sistema FIEB, para realização de “Prova de Conceito”, das funcionalidades do aplicativo, que consiste:

4.1.1 Na apresentação das funcionalidades previstas no Anexo A do presente Termo de Referência.

4.1.2 Na disponibilização de acesso (endereço, login e senha) ao seu ambiente e demonstração das funcionalidades descritas neste instrumento, para a aprovação final do CONTRATANTE sem quaisquer obrigações legais ou financeiras adicionais.

4.1.3 Na demonstração da solução na data agendada pelo CONTRATANTE, trazendo, para isso, todos os itens que forem necessários para a demonstração.

4.1.4 A Prova de Conceito será avaliada pela Equipe Técnica do CONTRATANTE por meio de demonstração e checagem dos itens descritos neste Termo de Referência.

4.1.5 A licitante deverá indicar um profissional capaz de realizar a apresentação dos requisitos e executar procedimentos de teste, que ficará à disposição do CONTRATANTE durante todo o período de avaliação, para dirimir dúvidas e acompanhar a homologação da solução.

4.1.6 O Gestor irá agendar com representantes da empresa arrematante a data para início da apresentação da ferramenta.

5. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

Entrega	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
1 - Gestão do projeto	x	x	x	x	x	x	x	x										
2 - UX/UI design		x																
3 - Codificação		x	x	x	x	x												
4 - Homologação				x	x	x												
5 - Delivery						x	x											
6 - Suporte técnico e manutenção							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

6. REQUISITOS TÉCNICOS

A empresa deverá fornecer suporte técnico e garantia do produto durante a vigência do contrato.

7. COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CONTRATADA prestará todo apoio durante o desenvolvimento do produto e sua entrega, incluindo a disponibilização de gerente de projetos para acompanhamento dos serviços, de modo a garantir o alcance dos objetivos definidos.

Caso a empresa licitante necessite utilizar alguma ferramenta para a execução do serviço, o valor proposto deverá englobar os custos desta ferramenta, não havendo qualquer pagamento adicional pelo CONTRATANTE.

9. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado para os itens 1, 2 e 3, após as entregas especificadas no boletim de medição e aceite pelo CONTRATANTE. Para o item 4, o pagamento será realizado a cada mês. Os pagamentos poderão ser realizados nos dias 05, 10, 15, 20 ou 25 do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal, emitida conforme legislação vigente, observando o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis entre a data da entrega da nota fiscal e o pagamento, conforme tabela abaixo:

Entrega	
1	100% da UX/UI design
2	Acima de 60% Codificação
3	% restante do escopo da Codificação Homologação final do cliente Delivery
4	Suporte técnico mensal (12 parcelas) a partir da homologação

10. DETALHAMENTO DA INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS LEGADOS

O processo de integração com os sistemas internos do Sesi será desenvolvido pelo CONTRATANTE. Entretanto, para a viabilização desta integração, se faz necessário o desenvolvimento de WebService/API, pela CONTRATADA, que disponibilize, no mínimo, os seguintes dados:

a) CADASTRO DO CLIENTE

SIGNIFICADO	TIPO / TAMANHO DO CAMPO
Nome do cliente	varchar(40)
Nome Reduzido do cliente	varchar(20)
Tipo do Cliente - "F" = FISICA / "J" = JURIDICA / "X" = Exportação	varchar(1)
Código do Município - De acordo com o cadastro de municípios do IBGE. Desconsiderar os dois primeiros dígitos que correspondem ao código do UF.	varchar(10)
Endereço do cliente	varchar(40)
SIGLA DO Estado do cliente - "EX" para estrangeiro	varchar(2)
NOME DO Município do cliente	varchar(15)
NOME DO Bairro do cliente	varchar(30)
CEP	varchar(8)
Código do DDD	varchar(3)
Telefone do cliente SEM O DDD QUE DEVE ESTAR NO CAMPO ANTERIOR	varchar(15)
Código do País - Código do país de acordo com a Tabela de Países da Receita Federal	varchar(3)
CNPJ/CPF do cliente - Informar somente números. Obrigatório somente para clientes nacionais e que não tenham CEI. DESSA INFORMAÇÃO SERÁ COMPOSTO O CODIGO DO CLIENTE E A LOJA DO MESMO.	varchar(14)
Data Nascimento / Abertura	varchar(8)
E-mail	varchar(40)

b) REGISTRO DA VENDA

SIGNIFICADO	TIPO / TAMANHO DO CAMPO
Nome do cliente	varchar(40)
Código do Pais - Código do pais de acordo com a Tabela de Países da Receita Federal	varchar(3)
CNPJ/CPF do cliente - Informar somente números. Obrigatório somente para clientes nacionais e que não tenham CEI. DESSA INFORMAÇÃO SERÁ COMPOSTO O CODIGO DO CLIENTE E A LOJA DO MESMO.	varchar(14)
Código da Venda	varchar(15)
Data da Venda	varchar(10)
Valor global da Venda	Numero(10,2)
Total de itens vendidos	Numero(10,2)
Total de Parcelas	Numero(10,2)

c) REGISTRO DOS ITENS DA VENDA

SIGNIFICADO	TIPO / TAMANHO DO CAMPO
Nome do cliente	varchar(40)
Código do Pais - Código do pais de acordo com a Tabela de Países da Receita Federal	varchar(3)
CNPJ/CPF do cliente - Informar somente números. Obrigatório somente para clientes nacionais e que não tenham CEI. DESSA INFORMAÇÃO SERÁ COMPOSTO O CODIGO DO CLIENTE E A LOJA DO MESMO.	varchar(14)
Código da Venda	varchar(15)
Data da Venda	varchar(10)
Código do Item vendido	varchar(6)
Descrição do item vendido	varchar(30)
Valor individual do item	Numero(10,2)
Quantidade do item	Numero(10,2)
Valor total do item	Numero(10,2)

d) CADASTRO DAS PARCELAS

SIGNIFICADO	TIPO / TAMANHO DO CAMPO
Nome do cliente	varchar(40)
Código do Pais - Código do pais de acordo com a Tabela de Países da Receita Federal	varchar(3)
CNPJ/CPF do cliente - Informar somente números. Obrigatório somente para clientes nacionais e que não tenham CEI. DESSA INFORMAÇÃO SERÁ COMPOSTO O CODIGO DO CLIENTE E A LOJA DO MESMO.	varchar(14)
Código da Venda	varchar(15)
Data da Venda	varchar(10)
Numero da Parcela	varchar(5)
Data de Vencimento da Parcela	varchar(10)

Valor da Parcela	Numero(10,2)
Forma de Pagamento da Parcela (Cartão / boleto)	varchar(10)
Operadora / Banco	varchar(10)

e) REGISTRO DO AGENDAMENTO

SIGNIFICADO	TIPO / TAMANHO DO CAMPO
Nome do cliente	varchar(40)
Código do País - Código do país de acordo com a Tabela de Países da Receita Federal	varchar(3)
CNPJ/CPF do cliente - Informar somente números. Obrigatório somente para clientes nacionais e que não tenham CEI. DESSA INFORMAÇÃO SERÁ COMPOSTO O CODIGO DO CLIENTE E A LOJA DO MESMO.	varchar(14)
Código da Venda	varchar(15)
Data da Venda	varchar(10)
Código do Item vendido	varchar(6)
Descrição do item vendido	varchar(30)
Data do agendamento	varchar(10)
Local do agendamento	varchar(30)
UO do Sesi de referencia	varchar(30)

Observação: A quantidade de campos, assim como o nome e o tipo dos dados serão revisitados na fase de levantamento dos requisitos de integração do projeto.

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

A Prova de Conceito será realizada em sessão pública, no dia e horário agendados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, através de Circular.

A avaliação da Prova de Conceito se dará através dos requisitos listados no quadro abaixo.

ITEM	REQUISITO
1	A ferramenta deve demonstrar uma loja virtual em funcionamento no modelo SaaS
2	Contemplar módulo de gestão/parametrização desta loja virtual (controle de vendas, estoque e etc.)
3	Gerar o Cadastro de Produtos disponíveis na loja
4	Contemplar o Módulo de gestão/parametrização do eCommerce
5	Demonstrar a realização de uma venda no eCommerce (real ou simulado)
6	Permitir a emissão de Relatórios de controle
7	API com os dados básicos da venda e seus relacionamentos para integração
8	Demonstrar um Blog em funcionamento no modelo SaaS
9	Possuir o Módulo de gestão/edição do Blog acima
10	Demonstrar um Site em funcionamento no modelo SaaS
11	Módulo de gestão/edição do Site acima

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (EMPRESA ARREMATANTE)

Pela presente, **XXXXXX** (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX** e inscrição estadual nº **XXXXXX**, estabelecida no (a) **XXXXXX**, ciente e de acordo com todas as especificações e condições do Edital e seus Anexos, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os seguintes preços:

Item	Escopo	Valor unitário (R\$)	Valor total(R\$)
Hotsites e plataforma de e-commerce, personalizada, integrada e escalável conforme discriminado no Anexo II – Termo de Referência	UX/UI design		
	Codificação		
	Homologação final do cliente		
	Delivery		
	Suporte técnico mensal (12 parcelas) a partir da homologação		
Valor Total		---	

- **VALOR GLOBAL : R\$ XXXXX (POR EXTENSO)**
- **Validade da proposta:** 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- Nos preços cotados na proposta os licitantes deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o seu pessoal, obedecendo aos instrumentos normativos da categoria, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados como ferramentas, utensílios e equipamentos, taxa de administração, lucro, seguros, fretes/CIF (pago pelo fornecedor) e quaisquer outros custos que direta ou indiretamente se relacionem com o fiel cumprimento do objeto deste Edital, ficando esclarecido que o Contratante não admitirá qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

Salvador,.....de.....de 2021.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Telefone: Fax: E-mail:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado do licitante.

ANEXO IV**PREGÃO ELETRÔNICO nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE****MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA – SESI/DR/BA, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA XXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O Serviço Social da Indústria, Departamento Regional da Bahia – **SESI/DR/BA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº **XXXXX**, com sede na Rua Edístio Pondé, nº 342, Stiep, Salvador (BA), doravante designado **CONTRATANTE**, representado pelo (cargo), **(Nome do representante legal)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, e, do outro lado, a **(RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **XXXXX**, com sede na **XXXXX**, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, representada pelo (cargo), **(Nome do representante legal)**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a aquisição de hotsites e plataforma de e-commerce, personalizada, integrada e escalável para a área de promoção da saúde, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I deste instrumento.

Parágrafo único. Integram-se ao presente instrumento todos os dispositivos do Pregão Eletrônico **Nº 30858184.2021.CPL SFIEB.PE.0024.SESISE** e todos os seus Anexos e a proposta da **CONTRATADA**, datada de __/__/__, como se aqui estivessem transcritos, prevalecendo os dispositivos contratuais e os do ato convocatório sobre os termos da última, em caso de dúvida ou conflito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações:

I - da CONTRATADA:

- a) Fornecer os produtos e executar os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se por sua qualidade e correção, nos termos do Anexo I deste instrumento;
- b) executar as integrações e personalizações, nos termos no Anexo I deste instrumento;
- c) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- d) realizar treinamento na plataforma para os técnicos designados pelo **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no Anexo I deste instrumento;

- e) repor os produtos que apresentarem vícios ou defeitos, ou que apresentem falta de qualidade em relação ao que foi ofertado na licitação, sem ônus para o **CONTRATANTE**, no prazo definido pelo **CONTRATANTE**;
- f) responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na execução deste Contrato, responsabilidade esta que não se exclui nem reduz em decorrência da fiscalização ou acompanhamento exercido pelo **CONTRATANTE**;
- g) manter-se, durante o prazo de execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, preservando todas as condições de contratação exigidas, cabendo ao **CONTRATANTE** o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação destas condições;
- h) cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelo ônus resultantes das infrações cometidas;
- i) respeitar as normas de segurança do trabalho vigentes nas dependências do **CONTRATANTE**, das quais declara ter pleno conhecimento, sendo de sua inteira responsabilidade quaisquer acidentes ocorridos nestas dependências, causados por negligência, imprudência ou imperícia pelo não cumprimento das normas de segurança ou mau uso de equipamentos por parte de seus profissionais;
- j) participar sempre que necessário, de reuniões com o **CONTRATANTE**, em razão dos serviços ou de melhor gerenciamento deste Contrato;
- k) pagar os salários devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal contratado para a execução dos serviços, inclusive indenizações oriundas, por exemplo, de acidentes do trabalho ou de demissões, obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados, sendo-lhe defeso invocar a existência deste Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao **CONTRATANTE**;
- k) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive efetuando, pontualmente, o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades;
- l) manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente dos serviços objetos deste Contrato, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- m) responder por erros motivados pela inobservância deste Contrato, leis, regulamentos, e normas em geral, de qualquer âmbito, aplicáveis ao objeto contratado;
- n) responder pela reparação incontinenti, reconstrução, remoção ou substituição, no todo ou em parte, a suas custas, de qualquer vício, defeito, falta de qualidade ou irregularidade constatados nos materiais/equipamentos, mesmo após sua definitiva aceitação;
- o) responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao **CONTRATANTE**, ou a terceiros, por ação ou omissão dos seus empregados ou terceirizados, em decorrência do fornecimento dos materiais/equipamentos objeto deste Contrato, ou ainda, pela inobservância das determinações legais e aquelas outras emanadas pelas autoridades constituídas;

- p) não subcontratar, sequer parcialmente, os serviços que lhe foram adjudicados, salvo se expressamente autorizado, por escrito, pelo **CONTRATANTE**;
- q) indicar, quando da assinatura deste Contrato, preposto que efetivamente se responsabilizará pela execução do objeto deste instrumento e representará a **CONTRATADA**, em todos os atos junto ao **CONTRATANTE**;

II – do CONTRATANTE:

- a) designar gestor e fiscal para os contatos e processo de acompanhamento das ações da **CONTRATADA**;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações contidas no Anexo I do presente instrumento.
- c) promover os meios necessários para o regular fornecimento dos produtos objeto deste Contrato, aferindo a sua qualidade e especificações;
- d) efetuar o pagamento nas condições pactuadas, realizando as retenções previstas em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço fixo de R\$ **XXXXX (XXXXX)**, referente ao objeto contratado, observando os preços unitários descritos no Anexo II deste Contrato.

§1º Os pagamentos serão realizados conforme cronograma de entrega e medições realizadas para os itens 1, 2 e 3 e para o item 4, o pagamento será realizado mensalmente conforme tabela abaixo:

Entrega	
1	100% da UX/UI design
2	Acima de 60% Codificação
3	% restante do escopo da Codificação Homologação final do cliente Delivery
4	Suporte técnico mensal (12 parcelas) a partir da homologação

§2º Os pagamentos serão efetuados após aferido o número mensal de usuários, podendo ser realizado nos dias **05, 10, 15, 20** ou **25** do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal, emitida conforme legislação vigente, observando o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis entre a data da entrega da nota fiscal e o pagamento.

§3º Nos valores ora contratados estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela **CONTRATADA**, de suas obrigações.

§4º Todos os tributos incidentes acham-se inclusos no preço, e os recolhimentos serão de acordo com a legislação em vigor. O **CONTRATANTE** reterá dos pagamentos que efetuar e recolherá, nos prazos de Lei, os tributos a que estiver obrigado pela legislação.

§5º Havendo qualquer irregularidade na nota fiscal apresentada ou no objeto entregue, o prazo para pagamento somente será contado a partir de sua regularização.

§6º O pagamento será feito exclusivamente na conta corrente da **CONTRATADA**, considerando-se, porém, que:

- I - não será aceita cobrança bancária;
- II não haverá pagamento antecipado;
- III não será permitida negociação de título.

§7º A **CONTRATADA** se obriga a espelhar a NF no Portal de Compras (compras.fieb.org.br) e a apresentar, juntamente com a nota fiscal, documento comprobatório da sua titularidade em relação à conta bancária para pagamento, sob pena de não receber os valores devidos até que seja apresentado o documento em questão.

§8º Se a Nota Fiscal apresentar irregularidade, o **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA** o cancelamento ou substituição da Nota Fiscal emitida, devendo a **CONTRATADA** providenciar a nova Nota Fiscal e apresentar a comprovação do cancelamento da nota anterior no prazo máximo de até 20(vinte) dias úteis, contados da Notificação para regularização. Caso a **CONTRATADA** não providencie o cancelamento da Nota Fiscal irregular no prazo estabelecido, o **CONTRATANTE** poderá realizar a **Denúncia de Recusa de Cancelamento de Nota Fiscal** junto ao ente fiscal competente, além de aplicar a penalidade prevista na **Cláusula Oitava, §3º, item V**, deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA GARANTIA

O **CONTRATANTE**, através da área técnica competente (fiscalização), atestará o recebimento dos serviços ou os rejeitará, no todo ou parcialmente, nos termos deste Contrato, quando evidenciada a execução com vícios ou em desacordo com o objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA/ SUPORTE TÉCNICO

A assistência técnica (suporte técnico) será prestada **remotamente**, *online*, por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela **CONTRATADA**, em horário comercial, das 8h às 12h e das 13h às 18h. O suporte técnico deverá ser 8x5 NBD – oito horas por dia, cinco dias da semana, excluindo-se os feriados nacionais. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas necessárias para a execução dos serviços de suporte técnico.

§1º A **CONTRATADA** deverá disponibilizar Help-Center, com suporte telefônico ou através da internet, por todo o período de garantia dos equipamentos.

§2º A assistência técnica/ suporte técnico prestada durante a vigência deste contrato, deverá ocorrer solucionando os problemas apresentados nos produtos nos prazos máximos e de acordo às condições elencadas nas especificações técnicas anexas ao presente Contrato.

§3º Caso os problemas apresentados não sejam solucionados no prazo indicado, a **CONTRATADA** deverá providenciar, de imediato, em caráter provisório, a substituição da(s) solução(ões) por outra(s) nova(s), com configuração e características técnicas iguais ou superiores. Após **30 (trinta)** dias corridos, sem que seja resolvido o defeito apresentado, a contar da data da substituição da solução, esta, a exclusivo critério do **CONTRATANTE**, poderá tornar-se definitiva.

§4º A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, no ato da assinatura do presente instrumento, contato telefônico para a realização dos chamados de que tratam os parágrafos anteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo para execução do serviço será de **18 (dezoito) meses**, a contar a partir da data de assinatura do contrato, somente podendo ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo.

§1º O presente contrato terá prazo de vigência de **19 (dezenove) meses**, a contar a partir da data de sua assinatura, somente podendo ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Compete à fiscalização, dentre outras atribuições:

- I - transmitir à **CONTRATADA** as determinações que julgar necessárias;
- II - recusar os materiais/equipamentos que não tenham sido entregues de acordo com as condições especificadas neste Contrato;
- III - comunicar à **CONTRATADA** quaisquer defeitos ou irregularidades encontrados no fornecimento do objeto deste Contrato, estabelecendo prazos para que os mesmos sejam regularizados.

§1º Fica facultado ao **CONTRATANTE** a substituição unilateral do(a) Fiscal do Contrato.

§2º A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRADADA** da total responsabilidade no fornecimento objeto deste instrumento.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções, que poderão ser cumulativas, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quais sejam:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária do direito de participar em licitações ou contratar com todas as entidades que compõem o Sistema FIEB (FIEB, Sesi/DR/BA, SENAI/DR/BA, IEL/BA e CIEB), por um período não superior a 02 (dois) anos.

§1º O prazo para defesa da **CONTRATADA** será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

§2º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior poderão ser estendidos a exclusivo critério do **CONTRATANTE**.

§3º Poderá ser aplicada à **CONTRATADA** multa de:

I – 1% (um por cento), sobre o valor total deste Contrato:

- a) por dia de atraso em relação aos prazos de execução e de entrega, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) por dia de atraso no cumprimento das obrigações e prazos inerentes à garantia e à assistência técnica, até o limite de 10% (dez por cento).

II – 1% (um por cento), sobre o valor total deste Contrato quando esta:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) desatender às determinações da fiscalização.

III – 2% (dois por cento), sobre o valor total deste Contrato quando esta:

- a) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, do **CONTRATANTE**;
- b) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais.

IV – 3% (três por cento), sobre o valor total da contratação quando esta:

- a) fornecer bens/ executar serviços em desacordo com as normas técnicas e especificações deste Contrato, independente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha causar danos ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados;
- c) não cumprir com quaisquer outras obrigações assumidas.

V - multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso, pelo não cumprimento do previsto na **Cláusula Terceira, §8º**, até o limite de 10 (dez) dias.

§4º As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo, assegurado à **CONTRATADA** o devido processo legal.

§5º As multas aplicadas à **CONTRATADA** serão descontadas da garantia ou dos pagamentos devidos, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

§6º As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA** se obriga a manter sob sigilo todas as informações ou dados confidenciais que lhe forem transmitidos ou a que tiver acesso em razão da execução do objeto do presente contrato, por no mínimo 10 (dez) anos, ressalvada a hipótese descrita no inciso II desta cláusula.

I - São consideradas confidenciais as informações ou dados armazenados que a **CONTRATADA** tenha acesso, e também aqueles transmitidos oralmente, por escrito ou eletronicamente, em razão da execução deste Contrato, independentemente de expressa menção à sua confidencialidade;

II - O prazo previsto no “caput” não se aplica às informações e aos dados relativos ao segredo de negócio (*know how, trade secret*), à estratégia comercial e a tudo que represente diferencial competitivo para o **CONTRATANTE**, seus clientes e parceiros, que deverão ser mantidos sob sigilo pela **CONTRATADA**, por prazo indeterminado, salvo autorização expressa do **CONTRATANTE**.

III - A **CONTRATADA** se obriga a exigir dos seus administradores, empregados, prepostos a qualquer título, sucessores e comissários, e eventuais subcontratados, as mesmas condições de sigilo assumidas, respondendo solidariamente com estes em todas as infrações eventualmente cometidas, sem restar qualquer ônus para o **CONTRATANTE** o qual será integralmente ressarcido pela **CONTRATADA**, respondendo esta, inclusive, pelos honorários advocatícios e de sucumbência.

IV - O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em:

- a) extinção do Contrato, se ainda vigente;
- b) responsabilidade por perdas e danos;
- c) adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e legislação aplicável;
- d) aplicação de multa compensatória no montante de 10% (dez por cento) do valor total deste Contrato, sem prejuízo de indenização suplementar na forma da lei.

V - Só configuram exceção à obrigatoriedade de sigilo e confidencialidade as seguintes hipóteses:

- a) informação comprovadamente conhecida antes das tratativas do presente contrato;
- b) prévia e expressa anuência do titular das informações, mediante autorização da maior autoridade do **CONTRATANTE**;
- c) informação comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Contrato;
- d) determinação judicial e/ou administrativa para conhecimento das informações, desde que notificado imediatamente o respectivo titular, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

VI - Toda divulgação sobre qualquer informação ou dado, relacionada com o presente contrato, dependerá de prévia autorização do **CONTRATANTE**, ressalvada a mera notícia de sua existência.

VII - Na hipótese de término deste Contrato, por qualquer razão, todos os documentos, dados ou materiais referentes ao **CONTRATANTE** em poder da **CONTRATADA** ou de suas subcontratadas, deverão ser imediatamente devolvidos a este, mediante protocolo de entrega, no endereço constante no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus

regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”), e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados, colaboradores, agentes, consultores, prestadores de serviços, subempreiteiros, outorgados ou subcontratados em geral, bem como prepostos que venham a agir em seu respectivo nome. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que mantém políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das suas políticas e procedimentos internos, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

I - não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor, gratificação, comissão, recompensa ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou, ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

II - abster-se de financiar, custear, patrocinar, ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos que atentem contra Lei nº 12.846/2013, assim como abster-se de utilizar de terceira pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

III - adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, empregados, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

IV - notificar imediatamente a outra Parte caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas.

Parágrafo único. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão unilateral deste Contrato de pleno direito e por justa causa, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PROTEÇÃO DE USO DE DADOS PESSOAIS

As Partes se obrigam, mutuamente, por si e por seus colaboradores, sempre que aplicável, a cumprirem a legislação nacional vigente, em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709, de 14/08/2018, que dispõe sobre o tratamento e proteção de dados de pessoas naturais, além das demais normas e políticas de proteção de dados eventualmente aplicáveis no âmbito deste instrumento.

§1º Caberá ao **CONTRATANTE** (Parte Controladora), tomar as decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais transmitidos à **CONTRATADA** que, na condição de Operadora, realizará o tratamento dos dados pessoais, seguindo as instruções recebidas da Parte Controladora e garantindo a licitude e idoneidade no tratamento dos dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

§2º Para efetivo cumprimento do quanto previsto no parágrafo anterior, a **CONTRATADA** se obriga a:

a) tratar quaisquer dados pessoais recebidos da Parte Controladora (**CONTRATANTE**), que estejam direta ou indiretamente relacionados ao presente instrumento, nos exatos termos previstos na Lei Geral

de Proteção de Dados;

- b) corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os dados pessoais, caso seja solicitado pela Parte Controladora (**CONTRATANTE**);
- c) adotar conduta ética e observar, por si e seus colaboradores a qualquer título, o cumprimento da legislação aplicável em razão dos possíveis tratamentos de dados pessoais no âmbito do presente instrumento;
- d) comunicar à Parte Controladora (**CONTRATANTE**) a necessidade de tratamento de dados pessoais e sensíveis em banco de dados em território nacional e/ou estrangeiro, requerendo à Parte Controladora (**CONTRATANTE**) autorização expressa da pessoa natural envolvida, por meio de Termo de Consentimento, quando exigido por lei;
- e) manter absoluto sigilo de todos os dados pessoais, informações e materiais obtidos no âmbito desse instrumento, por si e por quaisquer de seus colaboradores que venha a ter acesso em razão da execução do objeto deste instrumento, garantindo a privacidade dos dados pessoais e mantendo um rígido controle sobre os mesmos;
- f) não revelar, reproduzir, copiar, repassar, vender, alugar, comercializar, dar, doar, divulgar, distribuir, utilizar e/ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros ou em proveito próprio ou alheio, dados, informações e todos os materiais obtidos em decorrência da execução deste contrato;
- g) não utilizar os dados pessoais recebidos em razão, e para a execução do presente instrumento, em qualquer hipótese, com finalidade diversa da aqui prevista, salvo se expressamente solicitado autorizado pela Parte Controladora (**CONTRATANTE**), ou para fins de atendimento de exigência legal;
- h) atender às solicitações de informações, atualização e exclusão dos dados pessoais apresentadas pelo titular do dado, salvo, exigência legal em sentido diverso;
- i) não adotar qualquer medida com o fim de obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais relativos às informações e materiais obtidos a que tenha acesso;
- j) informar, imediatamente, à Parte Controladora (**CONTRATANTE**), a ocorrência de incidente de segurança (vazamento de dados) e quais medidas foram adotadas para interromper o vazamento e conter sua disseminação, bem como medidas capazes de minimizar o impacto causado pelo incidente;

§3º A violação de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula ou na legislação vigente, pela **CONTRATADA** ou por seus colaboradores, ou terceiros a ela vinculados, caracterizará infração contratual com aplicação das penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo de ressarcimento de eventuais perdas e danos acarretados por prejuízo financeiro e/ou de imagem.

§4º Em caso de incidente de segurança, a Parte Operadora (**CONTRATADA**) deverá notificar a Parte Controladora (**CONTRATANTE**) informando a ocorrência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e indicando as medidas que deverão ser adotadas para a reversão da situação no menor prazo possível. A **CONTRATADA** se obriga, ainda, a apresentar todas as informações para o acompanhamento das ações realizadas para correção da falha, fornecendo a documentação necessária para subsidiar possível defesa administrativa e/ou judicial em razão do referido incidente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NOVAÇÃO

A falta de utilização pelo **CONTRATANTE**, de qualquer direito ou faculdade que lhe concede este instrumento não constituirá novação, nem importará renúncia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera tolerância para fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser denunciado pelo **CONTRATANTE**, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de **30 (trinta)** dias, ou rescindido automaticamente, independentemente de

notificação, interpelação judicial ou extrajudicial à outra parte, quando houver configurado o descumprimento de qualquer das obrigações ora estabelecidas, hipótese em que a parte que der causa arcará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito como competente o foro de Salvador/BA, para dirimir eventuais dúvidas deste instrumento, com renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Salvador, de de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante do XXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio da (nome da empresa)

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

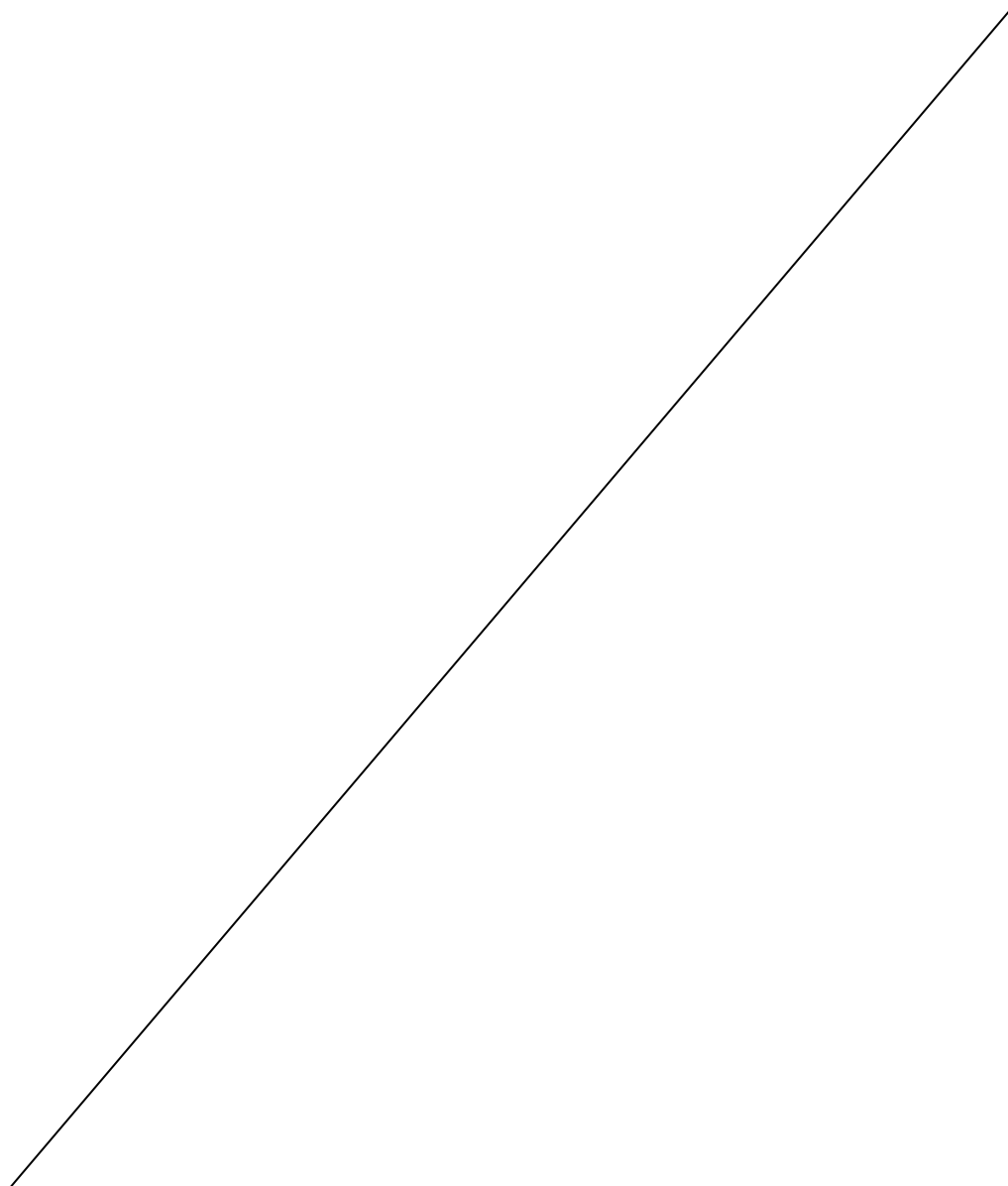
CPF:

2.

Nome:

CPF:

ANEXO I DO CONTRATO
TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO II DO CONTRATO
PROPOSTA DO FORNECEDOR